

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.196.132 - ES
(2017/0281234-6)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : DOUGLAS ALBERTO FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO UFES

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por DOUGLAS ALBERTO FERREIRA, representado pela Defensoria Pública da União, que desafia decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 451/453, em que reconsiderarei o *decisum* de e-STJ fls. 426/427, apenas para afastar a fixação de honorários advocatícios recursais contra a ora agravada.

No presente agravo interno, às e-STJ fls. 457/464, a parte agravante defende o cabimento de condenação da União ao pagamento de verbas sucumbenciais em favor da Defensoria Pública, ressaltando que a questão tem repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1.002).

Requer, assim, a reconsideração do *decisum* impugnado para que seja mantida a condenação de honorários recursais e, sucessivamente, seja determinada a suspensão do processo.

Impugnação às e-STJ fls. 470/474.

Passo a decidir.

Compulsando os autos, verifica-se que a *r.* sentença julgou procedente a ação, deixando de condenar a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, ora agravada, ao pagamento de honorários sucumbenciais, lastreado no disposto da Súmula 421 do STJ (e-STJ fl. 136), entendimento confirmado pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 192).

Embora a ora agravante tenha se insurgido contra essa conclusão em sede de apelação, constata-se que o recurso especial por ela aviado foi inadmitido (e-STJ fl. 368) e, contra essa decisão, não foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ fl. 392).

Assim, não cabe, no presente momento processual, reabrir a discussão quanto ao tema.

De outro lado, por se tratar de questão relativa a honorários advocatícios, matéria de ordem pública e, portanto, cognoscível de ofício, entendo que a decisão ora agravada merece ser revista, tão somente para decotar o fundamento utilizado para o afastamento dos honorários recursais.

Superior Tribunal de Justiça

Todavia, frise-se que a supressão desse fundamento não tem o condão de alterar a conclusão tomada.

Com efeito, não é cabível, no caso em apreço, a fixação dos honorários recursais, simplesmente porque não houve, na origem, o arbitramento dessa verba.

Nesse contexto, segundo a jurisprudência desta Corte, "os honorários recursais não têm autonomia nem existência independente da sucumbência fixada na origem e representam um acréscimo (o CPC/2015 fala em "majoração") ao ônus estabelecido previamente, motivo por que, na hipótese de descabimento ou na de ausência de fixação anterior, não haverá falar em honorários recursais." (AREsp 1.050.334/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 28/03/2017, DJe 03/04/2017).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DA JUNTADA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PEÇA OBRIGATÓRIA. TEMPESTIVIDADE. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. INIDONEIDADE DO DOCUMENTO ASSENTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N. 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. ART. 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

(...)

III - Não obstante o Recurso Especial estar sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, impossibilitada a majoração dos honorários nos termos do art. 85, § 11, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

IV - A Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.642.414/PI, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 29/09/2017).

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 451/453, MANTENDO-a, no entanto, por fundamentação diversa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator